

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.957 - SP (2019/0012964-5)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : REALI TAXI AEREO LTDA**  
**ADVOGADO : GUILHERME DE ANDRADE CAMPOS ABDALLA - SP164850**  
**AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADORES : ELIZABETH JANE ALVES DE LIMA - SP069065**  
**MARIA LIA PINTO PORTO - SP108644**  
**RAQUEL DÉBORA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP118946**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto por REALI TAXI AEREO LTDA, em 04/06/2018, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Extinção do feito por cancelamento administrativo do débito, posteriormente à apresentação de exceção de pré-executividade - Verba honorária devida em respeito ao princípio da causalidade - Inaplicabilidade do artigo 26 da Lei de Execução Fiscal ao caso - Honorários fixados em 10% do valor da causa - Montante, todavia, que não se mostra adequado em relação à complexidade da causa, cujo valor alcança mais de seis milhões de reais - Diminuição, em sede de remessa necessária, dos honorários advocatícios fixados, para oito mil reais - Remessa necessária acolhida e recurso desprovido" (fl. 150e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 85, §§ 3º e 5º, e 90, do CPC/2015, tendo em vista que o acórdão "fixou honorários advocatícios de sucumbência pelo critério da equidade por força do art. 85, § 8º, inaplicável in casu, tal como se a execução originária tivesse proveito inestimável ou irrisório, reduzindo o quantum obrigatoriamente estabelecido nesse codex para causas de valor líquido e determinado (quantum esse devidamente observado pela r. sentença de Primeira Instância (...))" (fl. 161e). Sustenta a parte recorrente:

"34. O art. 85 do CPC estabelece distintos parâmetros para fixação de honorários advocatícios devidos pela parte vencida, conforme variações quanto à parte ou objeto da ação, dentre eles:

- (i) nos casos em que a Fazenda Pública for parte, os critérios determinados nos incisos I a IV do respectivo §2º serão obrigatoriamente observados, consoante §3º do mesmo dispositivo legal (ou seja, 10 a 20%), quando o benefício

econômico for líquido ou mensurável;

(ii) quando o benefício econômico obtido pelo vencedor contra a Fazenda Pública ou o valor da causa for superior a 200 salários mínimos, a fixação do percentual de honorários deve forçosamente observar a faixa inicial dos incisos I a V do §3º, conforme §5º; e

(iii) no caso de desistência, os honorários serão devidos pela parte que desistiu, a teor do caput art. 90 do CPC, sem prejuízo da aplicação do art. 85, §10º: 'Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu'.

35. A aplicação obrigatória dos parâmetros dos §§ 2º e 3º é enfatizada ainda mais no §6º do mesmo art. 85, por meio do qual 'Os limites e critérios previstos nos §§2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito'.

36. Por outro lado, quando a causa tiver valor inestimável ou irrisório o proveito econômico -- só e somente só nessas hipóteses *numerus clausus* --, o Juiz fixará os honorários de sucumbência por apreciação equitativa.

37. Muito bem. Na petição inicial de fls., a Fazenda Pública requereu a condenação da RTAL ao pagamento de valor fixo e certo correspondente ao ICMS supostamente devido, além de multa e juros igualmente calculados, no montante total à época de R\$ 6.051.276,36, além das verbas de sucumbência oportunamente arbitradas em 10% do valor da causa pelo MM. Juízo a quo.

38. À luz do julgamento contra sua pretensão em causa de valor matemática e monetariamente definido, foi assim a Fazenda Pública condenada no patamar mínimo estabelecido no CPC por força do art. 85, §§ 3º e 5º, acima delineado, combinado com o art. 90 do mesmo Código, conforme r. sentença de fls.:

'(...) A hipótese é de condenação no pagamento da verba honorária.

A Fazenda do Estado pediu a desistência da execução, com fundamento no artigo 26 da Lei 6.830/80, o que foi homologado pela sentença de fls. 105, que extinguiu o feito.

Ocorre que a executada apresentou defesa por meio de advogado e, em virtude do princípio da causalidade, faz jus aos honorários. (...) Estabelece o artigo 26 da LEF: Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição da dívida for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.

No entanto, a exequente, ora embargada, deve ser condenada ao pagamento de honorários de advogado da parte

executada, em razão do princípio da sucumbência, porquanto cabíveis, inclusive, nas desistências formuladas em executivo fiscal, após o oferecimento de exceção de pré-executividade (STJ -2a T., REsp 529.885-AgRg, Min. Peçanha Martins, j. 22.6.04, DJU 23.8.04). (...)'

39. Com efeito, a pretensão arrecadatória da Fazenda Pública, devidamente resistida, é a única razão da instauração e existência deste processo. A Fazenda Pública pode e decerto deve ser responsável pelos atos a que deu causa (princípio da causalidade), inclusive à luz do 'comportamento subjetivo das partes' alegado na própria apelação.

40. Assim, não poderia o v. acórdão data venia qualificar o valor cobrado em processo de execução fiscal como inestimável. Ora, sequer se trataria de execução de pagar na hipótese de iliquidez da pretensa dívida!

41. Sempre respeitosamente, é defeso ao Judiciário negar a vigência de determinados dispositivos legais claramente aplicáveis a determinado caso (valor da causa de pedir fixado na inicial, art. 85, §§ 3º, 5º, e 90) para aplicar contra legem, ato contínuo, parâmetros que nem de longe -- e nem de perto -- amoldam-se a esta ação (valor da causa inestimável, art. 85, §8º). É o que basta" (fls. 166/168e).

Por fim, requer "o conhecimento e integral provimento deste recurso especial a fim de que, reformando-se o v. acórdão prolatado pelo TJSP de fls., seja ratificada a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios no patamar mínimo determinado em Primeira Instância ex vi do que preconizam os arts. 85, §§ 3º, 5º, e 90 do CPC" (fl. 168e).

Sem contrarrazões (fl. 174e), foi inadmitido o Recurso Especial (fl. 175e), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 178/186e).

Contraminuta a fls. 189/192e.

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela parte ora agravada, a qual fora julgada extinta, por pedido de desistência formulado pela Exequente, após o oferecimento de Exceção de Pré-Executividade (fl. 105e). Em sentença integrativa, considerando o princípio da sucumbência, o Juízo de Primeiro Grau condenou a Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos do artigo 85, §§ 3º e 5º, do Novo CPC, no patamar mínimo, sobre o valor atualizado da causa (fls. 113/114e).

Apelou a Fazenda Pública, restando mantida a condenação em honorários, porém, tendo sido reformada a sentença, em Reexame Necessário, para reduzir o **quantum** arbitrado.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Ao analisar a questão, o Tribunal local assim se pronunciou, no que

interessa à espécie:

"Nada obstante a responsabilidade da Fazenda do Estado quanto ao pagamento de honorários advocatícios, caso é de, em sede de remessa necessária, rever-se o percentual fixado pelo MM. Juízo 'a quo'.

Inquestionável o cabimento da condenação da Fazenda do Estado ao pagamento de honorários advocatícios, vez que o acolhimento da exceção de pré-executividade importou na extinção da execução fiscal. A fixação do quantum, todavia, não deve ser incompatível com o trabalho realizado pelo advogado atuante, sobretudo nas causas com valor exorbitante, como a presente.

Nesse sentido, a fixação dos honorários sucumbenciais deve se pautar pelo critério da equidade, nos moldes previstos no art. 85, §8º do CPC. Isso porque, como assevera o Eminentíssimo Desembargador Décio Notarangeli:

'(...) da mesma forma que é cabível o arbitramento por equidade nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo (art. 85, § 8º), pela mesma razão há de se adotar o arbitramento por equidade nas hipóteses em que o valor exorbitante da causa resultar em honorários incompatíveis com o trabalho desenvolvido no processo, sob pena de enriquecimento ilícito vedado pela ordem jurídica e por todos abominável'. (Apelação nº 1009646-45.2016.8.26.0361, Relator(a): Décio Notarangeli; Comarca: Mogi das Cruzes; Órgão julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 08/03/2017; Data de registro: 08/03/2017)

In casu, verifica-se que a adoção do valor da causa como base de cálculo para os honorários advocatícios resultaria em numerário exorbitante e incompatível com o trabalho realizado pelo nobre causídico, tendo em vista tratar-se que à causa foi atribuído o valor de R\$ 6.051.276,36. (seis milhões, cinquenta e um mil, duzentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), valendo destacar que houve concordância por parte do Fisco na extinção do feito.

Assim, sem embargo do elogiável trabalho dos advogados, mas considerando os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, já que se tratou de causa de pouca complexidade, onde, ajuizada a demanda, o pedido de extinção do processo foi prontamente e na sequência acolhido, nos termos do art. 85, §8º do CPC, reputo adequada a fixação dos honorários advocatícios, por equidade, no montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)" (fls. 154/155e).

No entanto, merece reforma o entendimento esposado no acórdão recorrido.

Com efeito, "a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, **nas causas em que a Fazenda Pública for litigante, os honorários advocatícios devem ser fixados de acordo com os parâmetros estampados nos incisos I a IV do § 2º e com os percentuais delimitados no § 3º do art. 85 do CPC/2015**" (STJ, AgInt no REsp 1.740.865/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/08/2018).

E, ainda, "**na vigência do CPC/2015, a fixação dos honorários advocatícios com base na apreciação equitativa, prevista no § 8º, artigo 85, do aludido diploma legal, somente tem aplicação nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou ainda, quando o valor da causa for muito baixo**" (STJ, AgInt no REsp 1.736.151/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 06/11/2018), hipóteses de que não cuidam os presentes autos.

Confira-se:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. (...). **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DA EQUIDADE PREVISTA PELO ART. 85, § 8º, DO CPC/2015 EM CASO DE ELEVADO VALOR DA CAUSA E DE PROVEITO ECONÔMICO DE VALOR RELEVANTE IDENTIFICADO. NÃO OCORRÊNCIA.** AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(...)

2. Os honorários advocatícios devem, ordinariamente, ser arbitrados com fundamento nos limites percentuais estabelecidos pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015 sobre o proveito econômico obtido, ou, na impossibilidade de identificá-lo, sobre o valor atualizado da causa. A equidade prevista pelo § 8º do referido artigo somente pode ser utilizada subsidiariamente, apenas quando não possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.

3. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 983.554/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 24/08/2018).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. SERVIDORAS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ADMITIDAS A PARTIR DE 2003. DIFERENÇAS DE 24% DE REAJUSTE SALARIAL DECORRENTES DA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI ESTADUAL N.º 1.206/87, NO PONTO EM QUE EXCLUIU OS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DE AUMENTO CONCEDIDO AOS DEMAIS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MANIFESTAÇÃO DESTA

CORTE APENAS QUANDO FOR IRRISÓRIO OU EXCESSIVO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.

I - O Superior Tribunal de Justiça só intervém no arbitramento da verba honorária em situações excepcionais, quando estabelecidos em afronta a texto legal ou ainda em montante manifestamente irrisório ou excessivo, sem que para isso se faça necessário o reexame de provas ou qualquer avaliação quanto ao mérito da causa.

II - **Na espécie, o acórdão recorrido expressamente fixou os honorários advocatícios de sucumbência à luz dos critérios estabelecidos no art. 85, § 8º, do CPC/15, observadas as diretrizes dos incisos do § 2º. Nada obstante, assiste razão ao recorrente, haja vista ter havido negativa de vigência aos parágrafos 3º e 4º, inciso II, do artigo 85, uma vez que, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, primeiramente devem ser aplicados os parágrafos 3º e 4º com seus respectivos incisos e, subsidiariamente o §8º, apenas quando o proveito econômico for irrisório, ou o valor da causa muito baixo.**

III - Assim é, porque o inciso II, do §4º traz a solução, quando a Fazenda Pública for parte e não haja condenação principal ou não seja possível mensurar (estimar) o proveito econômico, determinando expressamente a utilização do valor atualizado da causa como base para aplicação dos percentuais previstos no § 3º, veja-se: '§ 3º Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2o e os seguintes percentuais: (...)§ 4º Em qualquer das hipóteses do § 3º: (...) III - não havendo condenação principal ou não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, a condenação em honorários dar-se-á sobre o valor atualizado da causa'.

IV - **Neste caso, de rigor a reforma do acórdão, para adequar a fixação dos honorários ao que previsto expressamente no texto legal, não havendo necessidade de incursão na matéria fático-probatória.** Neste sentido: REsp 1179333/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/04/2010, DJe 17/05/2010; REsp 531.136/SC, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUINTA TURMA, julgado em 06/05/2004, DJ 02/08/2004, p. 503.

V - Correta, portanto, a decisão recorrida que deu provimento ao recurso especial, fixando os honorários de sucumbência, distribuídos *pro rata* entre os sucumbentes (art. 87 do CPC/2015), em dez por cento sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §4º, II c/c §3,1 do CPC/2015.

VI - Agravo interno improvido" (STJ. AgInt no AREsp 1.232.624/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/05/2018).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. **APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.**

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. O Tribunal Superior de Justiça tem afastado o óbice da Súmula nº 7/STJ, para rever a verba honorária arbitrada nas instâncias ordinárias, quando verifica que o julgador se distanciou dos critérios legais e dos limites da razoabilidade para fixá-la em valor irrisório.

3. **O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado.** Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no AREsp 1.187.650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 30/04/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ACOLHIDA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EXTINÇÃO EM RELAÇÃO A UM SÓCIO. **FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO ESTIMÁVEL. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do artigo 85 do CPC/2015. APLICABILIDADE.**

1. A controvérsia diz respeito a matéria inerente ao proveito econômico a ser considerado na fixação dos honorários advocatícios pelo acolhimento de Exceção de Pré-executividade.

2. **O artigo 85 do CPC/2015 estabelece que, nas causas em que a Fazenda Pública for parte, a fixação dos honorários observará os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º e os percentuais delimitados no § 3º. Assevera ainda o indigitado artigo em seu § 6º que os limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito.**

3. No enfrentamento da matéria, o Tribunal de origem lançou os

seguintes fundamentos (fls. 107-108, e-STJ, destaquei): 'No presente caso, a quantificação dos honorários não tem relação direta com o valor da dívida, não se podendo utilizá-la como parâmetro para a condenação em honorários advocatícios. De fato, com relação à quantificação da verba honorária a cargo da União, o disposto no § 8º do artigo 85 do NCPC é de observância obrigatória.(...) Considerando que o § 8º do artigo 85 do NCPC remete aos parâmetros de seu parágrafo § 2º, tenho que, para a adequada a mensuração dos honorários advocatícios, na presente hipótese, o proveito econômico deve observar a circunstância de que a exceção de pré-executividade somente reconheceu questão meramente processual (ilegitimidade passiva). O direito de crédito da Fazenda Nacional não foi discutido em seu aspecto substancial. Desta forma, a dívida não foi extinta, nem a execução fiscal, portanto, o proveito econômico, não pode partir da análise simplista de corresponder à integralidade do valor exequendo. (...) Contudo, considerando-se o valor da causa (R\$ 2.477.191,60), em especial, o trabalho despendido pelo procurador, que teve de opor exceção de pré-executividade, com base na qual se extinguiu o feito em relação ao sócio/agravante, tenho que a verba honorária deve ser majorada para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), corrigida pelo IPCA-E'.

**4. Verifica-se que a fixação, pelo Tribunal de origem, do valor dos honorários por apreciação equitativa, conforme determinado no § 8º do artigo 85 do CPC/2015, mostra-se inadequada.**

**5. Esclareça-se que, na hipótese dos autos, não se pode falar em valor da causa muito baixo, tampouco em inestimável ou irrisório proveito econômico. Com efeito, o próprio acórdão objurgado reconheceu a existência de proveito econômico, todavia não o mensurou nos termos estabelecidos pelos §§ 3º, 4º e 5º do artigo 85 do CPC/2015.** Precedentes: REsp 1.657.288/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 2/10/2017; REsp 1.671.930/SC, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 30/6/2017.

**6. Agravo Interno não provido"** (STJ, AgInt no REsp 1.665.300/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 19/12/2017).

**"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ALEGAÇÃO GENÉRICA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÓBICE DA SÚMULA 284/STF. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AJUIZAMENTO DO FEITO EXECUTIVO APÓS ADESÃO A PARCELAMENTO, COM A EXIGIBILIDADE DO**



**CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUSPENSÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO ESTIMÁVEL. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º E 3º DO ART. 85 DO CPC/2015. APLICABILIDADE.**

(...)

2. Na hipótese, a extinção da execução fiscal deu-se em decorrência do ajuizamento da demanda com a exigibilidade do crédito suspensa, nos termos do art. 151, VI, do CTN, tendo em vista a adesão da recorrente a programa de parcelamento.

3. Assim, não havendo justa causa para a deflagração da execução fiscal, é possível estimar o proveito econômico experimentado pela parte executada que, nessa hipótese, corresponde ao valor do crédito cobrado. Em consequência, não incide a previsão contida no § 8º do art. 85 do CPC/2015, como entenderam as instâncias ordinárias, sendo imperativa a observância das regras previstas nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal. Nesse sentido: REsp 1671930/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017.

4. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, provido" (STJ, REsp 1.657.288/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 02/10/2017).

**"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO. SÓCIO-GERENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVEITO ECONÔMICO.**

1. A controvérsia diz respeito à identificação de qual seria o proveito econômico a ser considerado na fixação dos honorários advocatícios pelo acolhimento dos embargos do devedor.

2. Os honorários advocatícios, por expressa disposição legal, devem ser fixados com base no proveito econômico obtido, na forma do § 2º do art. 85 do CPC/2015. Esse regramento torna evidente que a sucumbência é o parâmetro fundamental para a definição da verba advocatícia.

3. Deve-se ter em conta, como proveito econômico, o potencial que a ação ajuizada ou o expediente utilizado possui na esfera patrimonial das partes, pois, no caso dos autos, se fosse permitido o curso do executivo fiscal, os bens do embargante estariam sujeitos à constrição até o limite da dívida executada, e não unicamente ao montante em que efetivada a penhora.

4. Recurso especial a que se nega provimento" (STJ, REsp 1.671.930/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2017).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **dar provimento** ao Recurso Especial, a fim de restabelecer a sentença, que fixou honorários advocatícios sucumbenciais nos termos do art. 85, §§ 3º e 5º, do CPC/2015, no patamar mínimo, sobre o valor atualizado da causa.

I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora

